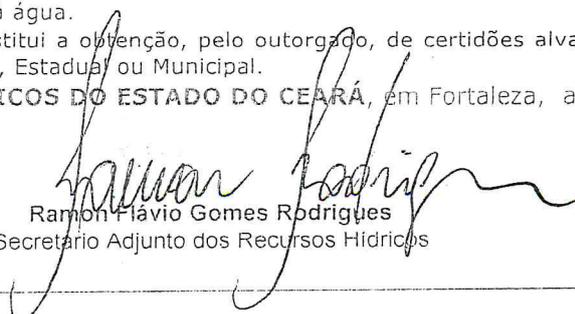




GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria dos Recursos Hídricos

COORDENADORIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (CGERH)

OUTORGA DE DIREITO DE USO DA ÁGUA FEDERAL Nº 987/2017		CNARH: 23.0.0097983-95
PORTARIA Nº 1445/2017		
<p>O SECRETÁRIO ADJUNTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art 6º, da Lei nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010, publicada no D. O. E de 30 de dezembro 2010, com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos e o efetivo exercício dos direitos de acesso a água, e com base nos pareceres técnico e jurídico constantes nos autos do processo administrativo nº 4973435/2016, outorga o DIREITO DE USO DA ÁGUA FEDERAL, ao ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE MULUNGU - ICÓ, CPF/CNPJ 00.915.699/0001-10 nos seguintes termos:</p>		
I – CARACTERIZAÇÃO DA FONTE DE SUPRIMENTO		
1 - Denominação da fonte: Açude Lima Campos		
2 - Capacidade da fonte: Atualmente o referido manancial encontra-se com 15,656% de sua capacidade, ou seja, 10.390.000,00m³, sendo uma capacidade total de 66.380.000,00m³		
3 - Bacia: Salgado		Sub-bacia:
4 - Município: Icó	Distrito: Lima Campos	Localidade: Mulungu
5 - Coordenadas do local de captação ou centro da área do espelho: Latitude: 9293508N Longitude: 501016E		
II – ELEMENTOS DA OUTORGA		
1 - Período de validade da outorga - 10 anos - (01 de agosto de 2017 a 01 de agosto de 2027)		
2 - Local de uso: Mulungu		
3 - Volume outorgado: 17.885,00m³/ano		Área de espelho: m²
4 - Vazão outorgada: 1,13l/s		Vazão contínua: 0,57l/s
5 - Tempo de aplicação da vazão outorgada: 12 horas/ dia		7 dias/semana
6 - Finalidade do uso da água: Abastecimento humano		
III – ELEMENTOS RELEVANTES DA OUTORGA		
1 - A outorga do direito de uso dos recursos hídricos, de que trata esta portaria, poderá ser suspensa pela SRH, de forma total ou parcial, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, de acordo com o disposto no art. 11, da Lei 14.844/2010.		
2 - A cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais ou subterrâneos obedecerá aos critérios estabelecidos no art. 16, da Lei 14.844/2010.		
3 - O outorgado tem prazo de 06 (seis) meses, para instalar hidrômetro e tubo guia em caso de captação em poço.		
4 - Esta outorga terá realocação de água anualmente em função da disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica.		
5 - O outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.		
6 - Em se tratando de abastecimento humano é necessário o tratamento da água.		
7 - A outorga deverá ser renovada sistematicamente, com 03 (três) meses antes de expirar o prazo da vigência, garantido assim, o seu direito de acesso à água.		
8 - Esta portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.		
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 01 de agosto de 2017.		
 Ramon Flávio Gomes Rodrigues Secretário Adjunto dos Recursos Hídricos		